



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 029/11

Súmula: Dispõe sobre multa por dano ambiental caracterizado por qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

Art.1º - É vedado praticar qualquer ato que implique o depósito de lixo em logradouro público e propriedades rurais.

§1º - Considera-se lixo, para os fins desta lei, todo e qualquer resíduo sólido, orgânico ou inorgânico, de origem doméstica, comercial, industrial, hospitalar ou especial, resultante das atividades diárias do homem em sociedade.

§2º - Caracteriza dano ambiental a conduta prevista no "caput" deste artigo.

§3º - Não se aplica o disposto no "caput" na hipótese de colocação de lixo em recipiente próprio para coleta pública.

Art. 2º - Pelo descumprimento do art. 1º, aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

I- multa de R\$100,00 (cem reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais), proporcional ao dano causado;

II - multa em dobro por reincidência, e assim sucessivamente.

Art. 3º - No caso de aplicação de penalidade, é assegurada a ampla defesa e o contraditório, e a multa só poderá ser aplicada após a comprovação da não execução das disposições previstas nesta lei, a ser apurada em processo administrativo.

Art. 4º – O Poder Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar a presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

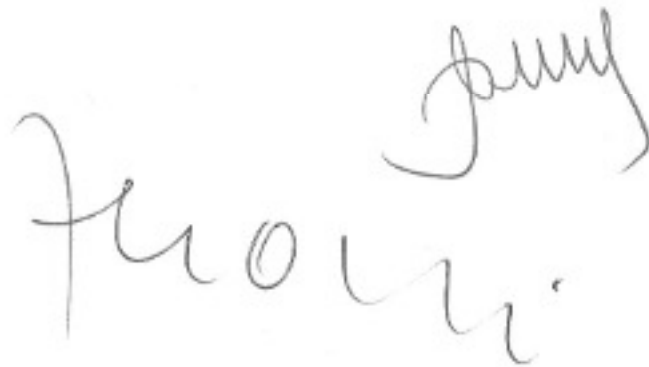
Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.



ALEXANDRE CURÍ
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 337/11

Ementa: Declara de utilidade pública estadual o "Projeto Construindo o Futuro", com sede e foro no Município de Florestópolis.

Art. 1º- Declara de utilidade pública estadual o "Projeto Construindo o Futuro", com sede e foro no Município de Florestópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 404/11


Ementa: Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Polenta", realizada anualmente no mês de maio no município de Santa Tereza do Oeste.

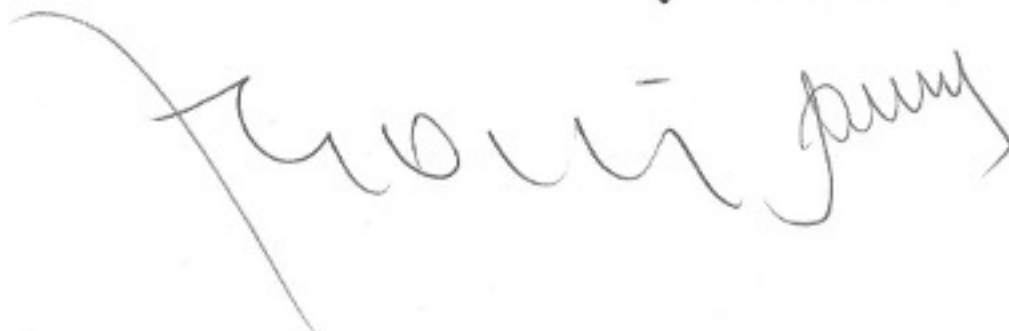
Art. 1º- Fica inserido, no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Polenta", realizada anualmente no mês de maio no Município de Santa Tereza do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

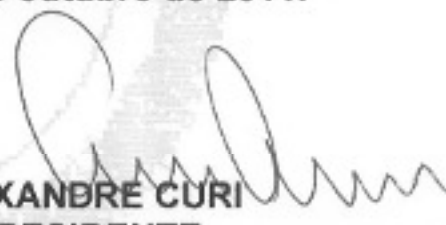
Redação Final ao Projeto de Lei nº 574/11

Ementa: Insere o Dia da Trilha Ecológica, a ser comemorado no último domingo de setembro.

Art. 1º- Fica inserido no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná o Dia da Trilha Ecológica, a ser comemorado anualmente no último domingo do mês de setembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

D.L.
Fls. 01

Projeto de Lei nº 256/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 30 MAR. 2011
Paranhos
1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

Art. 1º - Os cinemas e demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão - 3D ficam obrigados a disponibilizar, para cada espectador, óculos apropriados para tal finalidade, devidamente higienizados e embalados individualmente em plástico estéril com fechamento a vácuo.

Art. 2º - A devolução dos óculos após a sessão cinematográfica isenta o espectador da cobrança de qualquer taxa extra pela sua utilização.

Art. 3º - Não se aplica o disposto nesta lei quando se tratar de óculos descartáveis, que não podem ser reutilizados.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará ao infrator, as seguintes sanções:

- I - Advertência por escrito;
- II - Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III - Cassação da Inscrição Estadual.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação.

Art. 6º - Os estabelecimentos previstos no Art. 1º terão um prazo de 120 dias para se adaptarem ao estabelecido nesta lei a contar da sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2011.

PARANHOS

Deputado Estadual - PSC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS



JUSTIFICATIVA

A nova tecnologia de filmes em terceira dimensão – 3D tem atraído um grande público para as salas de cinema em todo o Estado do Paraná.

A novidade da tridimensionalidade, no entanto, que só é possível ser captada com a utilização de óculos especiais, tem também levado muitos usuários aos consultórios oftalmológicos, devido a problemas de contágio.

Como se sabe os óculos utilizados não são descartáveis, o que exige uma higienização adequada para evitar potenciais riscos de contaminação e de problemas oculares como a conjuntivite.

Doença inflamatória da conjuntiva, que é uma fina membrana que reveste a esclera – o “branco” do olho, a conjuntivite pode provocar, além de profundo desconforto, alterações na córnea e nas pálpebras do paciente. As conjuntivites viral e bacteriana são as mais comuns e contagiosas – seja pelo contato físico direto ou através de piscinas e objetos. A falta de controle desse contágio pode causar epidemias.

Não há qualquer obrigatoriedade para que os óculos disponibilizados aos espectadores sejam higienizados, embora muitas salas de espetáculos admitam fazê-lo. No entanto, se isto não for feito, a simples transmissão de um óculos, de um espectador para outro, de uma sessão para outra, pode disseminar, via contato pelas mãos, pelo rosto e até mesmo pelos cílios, agentes viróticos e bacterianos.

A higienização dos óculos 3D pode ser feita com solução alcoólica contendo 70% de álcool, única capaz de eliminar vírus. Essa é, sem dúvida, uma medida simples, mas que se não for adotada pode causar um sério problema de saúde pública. Por este motivo entendemos necessário tornar essa medida obrigatória, de forma a garantir ao consumidor um produto livre de contaminação.

Com o aumento do número de produções cinematográficas em 3 dimensões, urge a aprovação do presente projeto, essencial para que não seja disseminada epidemia de conjuntivite em nosso Estado.

Salienta-se ainda, que semelhante proposição encontra-se no ordenamento jurídico do Estado de Santa Catarina, através da Lei Estadual n. 15.448 de 17 de janeiro de 2.011.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 256/11

Projeto de Lei nº 256/11
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DE HIGIENIZAÇÃO DOS ÓCULOS ESPECÍFICOS PARA FILMES 3D. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ART. 24 DA CF. ART. 65 DA CE. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos visa instituir a obrigatoriedade da distribuição de óculos higienizados e embalados individualmente em plástico estéril com fechamento a vácuo pelos cinemas e demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão – 3D.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (Grifo nosso)

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção e defesa da saúde, conforme o artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Paranhos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de obrigar a higienização adequada nos óculos de tecnologia de filmes em terceira dimensão – 3 D nas salas de cinemas, assim evitando potenciais riscos de contaminação e de problemas oculares como a conjuntivite.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 2011.

(Vote Decisão)
[assinatura]
DR. BATISTA
Presidente

[assinatura]
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Estadual Paranhos apresentou Projeto de Lei, inscrito sob o nº 256/2011, obrigando a higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão, para as empresas que exploram a atividade de cinema em nosso Estado.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Cesar Silvestri Filho, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Ato contínuo, o projeto foi enviado para a Comissão de Saúde Pública, sendo relatora, na referida comissão, a ilustre Deputada Marla Tureck. Logo após, a Diretoria Legislativa enviou o presente projeto a esta Comissão de Cultura, para a análise de seu mérito, o que se passará a fazer.

II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, versando o projeto sobre a higienização de óculos disponibilizados em cinemas e assemelhados que exibam filmes em terceira dimensão, resta claro que seu mérito não possui ligação direta com as matérias inerentes à

0

R



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

cultura. Ou seja, nada há de desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Sua ligação com a cultura é apenas indireta, na medida em que trata de estabelecimentos que exploram a atividade econômica de exibição de filmes em terceira dimensão. De todo modo, cabe destacar que o mérito do projeto é de suma importância para os usuários e consumidores dos produtos.


Por tudo isso, em vez da Comissão de Cultura, o presente projeto deve ser enviado à Comissão de Defesa do Consumidor, posto que os usuários desse serviço são, sem espaço para dúvidas, consumidores.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pelo declínio da competência regimental desta Comissão para a análise deste projeto, cabendo sua análise, se assim entenderem os demais Deputados e a Diretoria Legislativa, à Comissão de Defesa do Consumidor.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

PRESIDENTE


DEPUTADO BERNARDO CARLI

RELATOR

Handwritten signature and date:
7/6/2009





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão DE Saúde Pública e da Comissão de Cultura, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

A tecnologia 3D é uma inovação nas salas de cinemas, necessitando regulamentação acerca da matéria, uma vez que exige a utilização de óculos especiais.

O autor visa dar maiores condições de higiene. Os óculos não são descartáveis, podendo haver propagação de doenças inflamatórias devido ao uso contínuo.

Sendo de fácil limpeza, através de álcool 70%, é justificável a iniciativa do parlamentar.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01
PLENARIO
DAP
04/10/11
105

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 256/11

Conforme prevê o art. 137, §2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei 256/11, de autoria do Ilustre Deputado Leonaldo Paranhos.

O Projeto de Lei nº ~~379~~²⁵⁶/11 deverá contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam os cinemas e demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão (3D) obrigados a promover a higienização nos óculos acessórios disponibilizados aos espectadores.

§ 1º - A higienização deverá obedecer às recomendações dos fabricantes e demais normas pertinentes.

§ 2º - Após a higienização, os óculos serão embalados individualmente em plástico estéril com fechamento a vácuo.

Art. 2º - A devolução dos óculos após a sessão cinematográfica isenta o espectador da cobrança de qualquer taxa extra pela sua utilização.

Art. 3º - Não se aplica o disposto nesta lei quando se tratar de óculos descartáveis, que não podem ser reutilizados.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará ao infrator, as seguintes sanções:

- I - Advertência por escrito;
- II - Multa de 50 Unidades Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR);
- III - Cassação da Inscrição Estadual.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 6º - Os estabelecimentos previstos no caput do art. 1º deverão se adaptar às disposições desta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE
LITRO

DULCIO
GENARI

Deputado Estadual
TRINHA

BERNARDO CARLI

inipon

SCANAVACH

15-AO 04/10/2011 007777 DP- REGISTRO LEGISLATIVO DO TISSOM



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 256/11

Projeto de Lei nº 256/11

Autor da emenda: Deputado Ademar Traiano

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 256/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, tinha como objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D), sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Cesar Silvestri Filho.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Ademar Traiano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 10 outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.

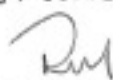
Fls. 02

2

PROJETO DE LEI Nº 486/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 JUN. 2011


1º Secretário

Ementa: Denomina OTÁVIO DIAS CHAVES o Viaduto situado no Km 108 da PR 317, no acesso ao Aeroporto Regional de Maringá Sílvio Name Júnior.

Art. 1º - Fica denominado OTÁVIO DIAS CHAVES o Viaduto situado no Km 108 da PR 317, no acesso ao Aeroporto Regional de Maringá Sílvio Name Júnior.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2010.


Evandro Junior
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 03

Justificativa:

Otávio Dias Chaves, filho de Júlio Dias Chaves e Emerenciana Maria Vieira Chaves, nasceu em Itajubá, Minas Gerais, em 1º de março de 1917. Faleceu em 13 de dezembro de 1983. Era casado com Maria Rita de Carvalho Chaves. Veio para o Paraná em 1937, saindo sozinho de Itajubá. Estabeleceu-se em Santo Antônio da Platina, depois Cambará, Cornélio Procopio e, em 1966, chegou em Maringá, com esposa e filhos. Em Maringá se estabeleceu no ramo de transporte coletivo de passageiros. Comprou a Viação Paranapanema, que denominou de Penha e Chaves Ltda. Em 1971 passou a ser agente da empresa aérea Transbrasil, que ainda não operava em Maringá e somente em Londrina. Passou a agenciar também a Rio Sul, que operava em aviação de terceiro nível. Nessa época, o aeroporto de Londrina fechou para reformas e o agente Otávio Dias Chaves conseguiu trazer o voo do jato para operar em Maringá, provando que o Aeroporto Gastão Vidigal podia operar com aeronaves de grande porte, com menos restrições do que o Aeroporto de Londrina. Com o apoio de políticos da região, entre eles Silvío Barros, Adriano Valente e João Paulino, o agente Otávio Dias Chaves conseguiu incluir Maringá na rota de grandes aeronaves. O senhor Otávio foi Presidente do Rotary Club Maringá; foi presidente do Maringá Clube por duas gestões; Conselheiro do Grêmio Desportos Maringá e Presidente do Mobral (alfabetização de adultos) em Maringá.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 486/2011

Projeto de Lei nº 486/2011

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Denomina Otávio Dias Chaves o viaduto situado no KM 108 da PR 318, no acesso ao Aeroporto Regional de Maringá Silvio Name Júnior.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE VIADUTO EM RODOVIA. ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 55 DA LEI FEDERAL 8761/88. PARECER FAVORÁVEL DA SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO PARANÁ. INFORMAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Júnior, tem por objetivo denominar Otávio Dias Chaves o viaduto situado no KM 108 da PR 317, no acesso ao Aeroporto Regional de Maringá Silvio Name Júnior.

Ressalte-se que o projeto de lei fora apresentado pela Deputada Cida Borghetti na legislatura anterior sob o nº 374/10, tendo sido



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

arquivado, nos termos do art. 273 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme resposta à diligência requerida por esta Comissão de Constituição e Justiça, à Secretaria de Estado dos Transportes, manifestada pela Informação nº 31/2011, Protocolo 07.917.795-4, da Diretoria de Operações do Departamento de Estradas de Rodagem, **"o viaduto localizado no km 108 da PR-317, no acesso ao Aeroporto Regional de Maringá Sílvio Name Júnior, segundo anotações desta DOP/CGM não tem nenhuma denominação até o presente momento, nada impedindo para a aprovação do Projeto de Lei em questão"** (negritos apostos).

Desta forma, não se verifica nesta seara, óbice relativo à Constitucionalidade ou Legalidade no presente projeto, merecendo, em sede de análise prévia, aprovação.



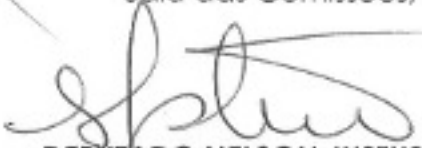
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

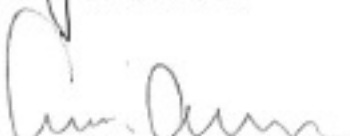
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista a **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** do projeto, bem como o parecer informando acerca da inexistência de denominação no referido Viaduto de acesso ao Aeroporto Regional de Maringá Sílvio Name Júnior, opina-se pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 486/2011

Projeto de Lei nº 486/2011
Autor: Deputado Evandro Junior

Súmula: Denomina Otávio Dias Chaves o viaduto situado no Km 108 da PR 317, no acesso ao aeroporto regional de Maringá Silvio Name Junior.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 486/11, de autoria do Deputado Evandro Junior, denomina OTAVIO DIAS CHAVES o viaduto situado no Km 108 da PR 317 no acesso ao aeroporto regional de Maringá Silvio Name Junior.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 486/11**, na qual passo a relatar:

Após análise de constitucionalidade aprovada pela CCJ, amparado na legalidade confirmada pela Diretoria de Operações do Departamento de Estradas de Rodagem, na qual denomina o viaduto situado no Km 108 da PR 317 no acesso ao aeroporto regional de Maringá Silvio Name Junior, passamos a analisar o mérito da matéria em questão.

Cumpre a nós destacar que, "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito proposto, destacamos a grandiosidade desta homenagem, visto que a proposta homenageia Otávio Dias Chaves, um precursor do crescimento aeroviário no município de Maringá.

O **Projeto de Lei 486/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará fazendo jus à história do Município de Maringá, deixando em seu registro oficial, a memória de um cidadão digno de muitos aplausos e congratulações, em razão ao seu empenho e grandiosidade de um trabalho idealizado em conjunto com a população Maringaense.

III - VOTO DO RELATOR

Em sua composição, o projeto sugere não somente a denominação do viaduto no acesso ao aeroporto regional de Maringá, mas também uma grandiosa homenagem que em seu mérito enriquece a valorização da história no município, trazendo honrarias a um cidadão que em muito contribuiu com o desenvolvimento de Maringá.

Desta forma, não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, apresento minha demonstração **favorável ao Projeto de Lei nº 486/11**.

IV - PARECER FINAL

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, optando assim pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 486/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de outubro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADEMIR BIER

Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 AGO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº. 635/11

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º. – Denomina de “Valério Bueno de Lima”, a trincheira da PR-670 sob a BR-277, que dá acesso ao Município de Diamante do Sul.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2011.


NEREU MOURA
Deputado Estadual

14:37 16/08/2011 006340 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA:

Valério Bueno de Lima, nasceu em 29/08/37 em Porto União/SC. Ainda muito jovem mudou-se para Cascavel onde casou-se e teve onze filhos.

Mais tarde, fixou residência em Diamante do Sul, cidade que adotou como sua terra natal. Fez muitos amigos e marcou a sua trajetória como um exemplo de homem bom, honesto, de boa índole, trabalhador, apegado à família e inteiramente dedicado à comunidade.

Participou ativamente do processo de emancipação política do Município e da organização social, sendo Presidente da Associação da Igreja da Comunidade Pinhãozinho.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 635/2011

Projeto de Lei nº 635/2011

Autor: Deputado Estadual Nereu Moura

Súmula: Denomina Valério Bueno de Lima a trincheira da PR-670 sob a BR-277, que dá acesso ao Município de Diamante do Sul.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE TRINCHEIRA EM RODOVIA. ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 55 DA LEI FEDERAL 8761/88. PARECER FAVORÁVEL DA SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO PARANÁ. INFORMAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo denominar Valério Bueno de Lima a trincheira da PR-670 sob a BR-277, que dá acesso ao Município de Diamante do Sul.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional de Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme resposta à diligência requerida por esta Comissão de Constituição e Justiça, à Secretaria de Estado dos Transportes, manifestada pela Informação nº 32/2011, Protocolo 07.917.796-4, da Diretoria de Oerações do Departamento de Estradas de Rodagem, e autoria de seu Engenheiro Coordenador, Senhor Jorge Akishino, "**a Trincheira localizada na PR-670 sob a BR-277, na interseção que dá acesso ao Município de Diamante do Sul, , segundo anotações desta DOP/CGM não tem nenhuma denominação até o presente momento, nada impedindo para a aprovação do Projeto de Lei em questão**" (negritos apostos).

Desta forma, não se verifica nesta seara, óbice relativo à Constitucionalidade ou Legalidade no presente projeto, merecendo, em sede de análise prévia, aprovação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

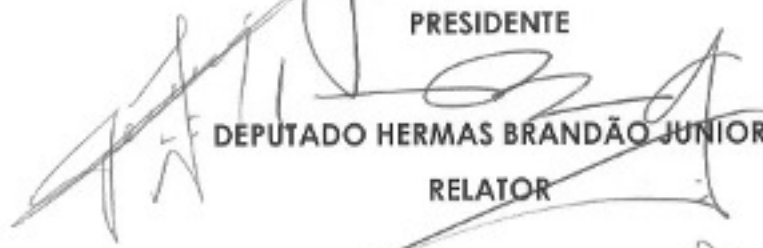
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista a **LEGALIDADE**
e CONSTITUCIONALIDADE do projeto, bem como o parecer informando
acerca da inexistência de denominação na referido Trancheira de acesso
ao Município de Diamante do Sul, opinamos, pela sua **APROVAÇÃO**.








Sala das Comissões, 20 de Setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 635/2011

Projeto de Lei nº 635/2011
Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Denomina de "Valério Bueno de Lima" a trincheira da PR 670 sob a BR 277, que dá acesso ao município de Diamante do Sul.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 635/11, de autoria do Deputado Nereu Moura, denomina de "Valério Bueno de Lima" a trincheira da PR 670 sob a BR 277, que dá acesso ao município de Diamante do Sul.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 635/11**, na qual passo a relatar:

Após análise de constitucionalidade aprovada pela CCJ, amparado na legalidade confirmada pela Diretoria de Operações do Departamento de Estradas de Rodagem, na qual denomina a trincheira da PR 670 sob a BR 277, que dá acesso ao município de Diamante do Sul, passamos a analisar o mérito da matéria em questão.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito proposto, destacamos a grandiosidade desta homenagem, visto que a proposta homenageia "Valério Bueno de Lima", um cidadão de honraria que participou ativa e incansavelmente no processo de emancipação política de Diamante do Sul.

O **Projeto de Lei 635/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará fazendo jus à história do Município de Diamante do Sul, deixando em seu registro oficial, a memória de um cidadão digno de muitos aplausos, em razão ao seu empenho e grandiosidade de um trabalho idealizado em conjunto com a população Diamantense.

III - VOTO DO RELATOR

Em sua composição, o projeto sugere não somente a denominação da trincheira da PR 670 sob a BR 277, mas em especial uma grandiosa homenagem que em seu mérito enriquece a valorização da história no município, trazendo honrarias a um cidadão que em muito contribuiu com o desenvolvimento de Diamante do Sul.

Desta forma, não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, apresento minha demonstração **favorável ao Projeto de Lei nº 635/11**.

IV - PARECER FINAL

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, optando assim pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 635/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de outubro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ELTON WELTER

Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 027/11

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de setembro de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de setembro de 2011.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 17 de outubro de 2011.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA - 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER Á PROPOSIÇÃO Nº. 028/2011

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 028/2011, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2011, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinados os documentos entregues, conclue este Relator, que as despesas constantes da Proposição supracitada, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, merecendo Parecer Favorável.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 17 de outubro de 2011.


DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator





